

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,  
realizada em 04 de janeiro de 2018**

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Paulo Alexandre Vieira e Sousa, Ana Genoveva da Silva Araújo e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ----

Procedeu-se de imediato à leitura da ata da reunião anterior que, colocada a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos senhores vereadores das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

Prosseguiu informando que, dada a situação orçamental da Câmara Municipal, não se procedeu à contratação de serviços de fogo-de-artifício como era usual nos anos anteriores, a saber, na Vila do Gerês, na Marina de Rio Caldo e na Sede do Concelho, o que veio a representar uma poupança na ordem dos oito mil euros. -----

Terminada a sua intervenção, o senhor Presidente questionou os senhores vereadores se algum desejava usar da palavra. -----

Tomou a palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para referir, em relação à recente notícia do Jornal de Notícias sobre o Índice de Transparência Municipal, que Terras de Bouro “bateu no fundo” e que o facto do Município figurar nos primeiros cinco lugares dos Municípios menos transparentes não deve ser motivo de orgulho para ninguém. ----

Prosseguiu o senhor vereador afirmando que, em termos de rigor, a situação não se alterou com o atual executivo, sendo prova disso a proposta de transferência de verbas para as juntas de freguesia, recentemente, aprovadas neste órgão. -----

Relativamente à ordem do dia o senhor vereador referiu que falta nos documentos enviados o despacho que remeteu o assunto para a reunião do executivo municipal. Tratando-se de processos com alguns anos é sua opinião que como o parecer técnico é no sentido do indeferimento, os mesmos só são submetidos a este órgão após as eleições. Por outro lado, se o parecer fosse no sentido do deferimento, os processos já teriam sido apreciados. -----

Retomando o assunto da transparência, o senhor vereador referiu que nos últimos oito anos o Município de Terras de Bouro não lançou qualquer concurso público de aquisição.

Por último, o senhor vereador questionou o senhor presidente da Câmara Municipal sobre a forma como vai ser regulamentada e implementada a Taxa Turística, pois, segundo uma notícia jornalística, a mesma já estaria em fase de implementação. -----

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelo senhor Vereador. Relativamente à notícia sobre a transparência municipal afirmou que, efetivamente, o município sem encontra em sexto lugar, dos municípios menos transparentes, daquele estudo, que incidiu sobre os exercícios económicos de dois mil e nove a dois mil e quinze, referente, portanto, ao anterior executivo, estando a Câmara Municipal a trabalhar no sentido de alterar aquela situação. -----

Relativamente aos assuntos da ordem de trabalhos, o senhor Presidente informou que os processos não podem ficar *ad aeternum* sem resposta aos requerentes e que a Câmara Municipal é que é o órgão competente para os deferir ou indeferir. Após a deliberação de hoje os requerentes terão a oportunidade de esclarecer o Município se as condições que conduziram à proposta de indeferimento se mantêm ou se alteraram, disse. -----

Solicitou a palavra o senhor vereador, Dr. Luís Teixeira, para propor que, em alternativa ao indeferimento, se notificassem os requerentes para acrescentar o que achassem por conveniente aos processos. Será com base nesta proposta que se absterá na votação de todos os processos. -----

Retomou, novamente, a palavra o senhor Presidente da Câmara para esclarecer a questão da Taxa Turística, assim, conforme já tinha referido na Assembleia Municipal, será criado um grupo de trabalho que auscultará os operadores turísticos e que fará uma proposta da sua regulamentação e implementação. Reforçou o senhor Presidente, que estas sempre foram as suas afirmações e se o jornal noticiou de forma diferente é um problema do respetivo jornalista. -----

Retorquiu o senhor Dr. Paulo Sousa para afirmar que em conclusão a questão da Taxa Turística é para estudar e não para implementar. A confusão que se colocou na notícia teve que ver com a palavra implementação. -----

Sendo doze horas e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----